

EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA
(2018 - 2021)

CHINA

INTRODUÇÃO

No início da gestão, em novembro de 2018, as prioridades da embaixada focavam o relacionamento econômico e comercial. A China é, desde 2009, o principal mercado de destino das exportações brasileiras. Em 2019, absorveu 29,77% de nossas exportações e respondeu por 82,9% de nosso superávit comercial. A China tornou-se, desde 2010, uma das principais origens do investimento estrangeiro direto no Brasil, com um estoque estimado superior a US\$ 80 bilhões, em áreas como eletricidade, petróleo e gás natural, mineração, indústria e infraestrutura.

2. A embaixada tinha por meta ampliar e diversificar as exportações, divulgar programas e oportunidades como o PPI e facilitar contatos de entes e empresas brasileiras com investidores chineses.

3. Em segundo plano, mas com importância crescente, situavam-se as demais áreas do relacionamento, como fluxo de pessoas, ciência e tecnologia, turismo, educação e cultura. Existe um déficit de conhecimento mútuo, que se explica por fatores como distância, diferenças linguísticas e culturais, a história ainda relativamente curta do relacionamento diplomático e o peso comparativamente menor dos fluxos migratórios. O extraordinário desenvolvimento da China nas últimas quatro décadas oferece, no entanto, oportunidades que merecem ser avaliadas e melhor exploradas pelo Brasil.

4. A atuação da embaixada enfrentou, desde o início, obstáculos importantes. Destaque-se, em particular, o acirramento das tensões entre EUA e China e seu impacto sobre o sistema de comércio multilateral, com o consequente aumento da politização na administração do comércio. Nesse contexto, a expansão do conteúdo de opinião crítico à China nos meios políticos e de comunicação brasileiros requereu, por parte da embaixada, esforço permanente de esclarecimento e contextualização. A realização da Comissão Sino-Brasileira de

Concertação e Cooperação (COSBAN) e a visita do Presidente da República à China, em 2019, seguida pela visita do presidente Xi Jinping ao Brasil, para participar da Cúpula do BRICS, em muito contribuíram para a manutenção do bom relacionamento bilateral.

5. A pandemia de COVID-19 provocou transformação profunda nas condições de trabalho e nas prioridades da embaixada, bem como nas perspectivas para o relacionamento bilateral. O posto enfrentou o desafio de organizar e acompanhar a evacuação de brasileiros de Wuhan, em fevereiro de 2020. Atuou intensamente no apoio a entes federados, empresas e associações na aquisição de vacinas, respiradores e insumos para o combate à COVID-19.

6. A embaixada manteve a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) informada sobre a evolução das condições de suprimento e das iniciativas chinesas no plano doméstico e internacional. A partir de dezembro de 2020, o posto acompanhou de perto, facilitou a busca de informações e efetuou frequentes gestões com vistas à liberação tempestiva dos lotes de insumo farmacêutico ativo (IFA) adquiridos pelo Brasil. Em que pese a especulação no Brasil de que nosso país pudesse ter sido prejudicado por algum tipo de retaliação política, os dados de exportações de IFA e o constante monitoramento pela embaixada junto a outros compradores embasam a avaliação de que as dificuldades pontuais deveram-se à insuficiência da oferta, acentuada pela decisão da China de antecipar a vacinação de sua vasta população.

7. Apesar das dificuldades conjunturais e do desafiador cenário internacional, as perspectivas para o relacionamento bilateral, em especial na área econômica e comercial, são favoráveis. Ainda assim, algumas questões dependem de decisões e iniciativas da parte brasileira. A tão almejada expansão das exportações de produtos com maior valor agregado, por exemplo, depende de esforço de promoção a ser conduzido essencialmente pelo setor privado, dado que requer o estabelecimento de marcas diferenciadas.

DIÁLOGO POLÍTICO

8. Ao longo da gestão, a embaixada buscou manter e estimular contatos em todos os níveis governamentais. O ano de 2019 foi marcado por intensa agenda de encontros de alto nível entre o Brasil e a China. Em maio, realizou-se, em Pequim, a quinta

sessão plenária da COSBAN, a primeira reunião em quatro anos do principal mecanismo de diálogo bilateral. O encontro foi copresidido pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e pelo vice-presidente da República Popular da China, Wang Qishan, e contou com a presença de representantes de diversos ministérios dos dois países. Conforme registrado na ata final da plenária, os vice-presidentes decidiram iniciar discussões para aprimorar a estrutura da COSBAN e revisar o Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 e o Plano de Ação Conjunta 2015-2021, os dois instrumentos balizadores do relacionamento bilateral. As negociações sobre a reestruturação da COSBAN e a revisão dos planos bilaterais iniciaram-se em dezembro de 2020 e devem ser concluídas nos próximos meses, com a realização de nova sessão plenária.

9. Em julho, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, visitou o Brasil para participar da reunião de chanceleres do BRICS e da terceira reunião do Diálogo Estratégico Global (DEG), principal canal institucional de diálogo entre as duas chancelarias. Durante o encontro do DEG, os chanceleres do Brasil e da China passaram em revista os principais temas da agenda bilateral e trocaram avaliações sobre a conjuntura internacional.

10. Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro realizou visita de Estado à China, onde manteve encontros com o presidente Xi Jinping, com o primeiro-ministro Li Keqiang e com o presidente da Assembleia Nacional Popular, Li Zhanshu. Durante a visita, foram assinados oito atos bilaterais, nas áreas de política, economia e comércio, agricultura, energia, ciência e tecnologia e educação. Entre os instrumentos, destacam-se o acordo para reconhecimento mútuo de operadores econômicos autorizados, que deverá facilitar procedimentos aduaneiros no comércio bilateral, e protocolos sanitários para exportação de carne bovina termoprocessada e de farelo de algodão.

11. Em novembro, o presidente Xi Jinping viajou ao Brasil para participar da 11ª Cúpula do BRICS e realizar visita bilateral. O encontro resultou em nove atos bilaterais, nas áreas de cooperação judiciária, transportes, agricultura, saúde, comércio de serviços, investimentos e cultura. Os principais destaques concentram-se na área de agricultura, em que foram assinados protocolos sanitários para exportação de pera e melão e um Plano

de Ação quinquenal para aprofundar a colaboração entre os dois países no setor.

12. A intensa agenda de contatos bilaterais de alto nível contribuiu para a criação de um clima de entendimento e confiança entre as principais autoridades dos dois países, requisito fundamental para a manutenção do bom relacionamento entre Brasília e Pequim em uma conjuntura externa em profunda transformação.

13. A epidemia da COVID-19 e as severas restrições impostas pela China à entrada de estrangeiros em seu território interromperam o intercâmbio de visitas bilaterais de alto nível. A única exceção, realizada com protocolos sanitários especiais negociados com o governo chinês, foi a visita do ministro das Comunicações, Fábio Faria, a Shenzhen, em fevereiro de 2021, no contexto de missão para manter contatos com os principais produtores de equipamentos para redes 5G.

14. A atuação da embaixada enfrentou obstáculos importantes. No plano internacional, a COVID-19 e o acirramento das tensões entre a China e os EUA impactaram os fluxos comerciais internacionais e levaram a uma crescente politização da administração do sistema comercial multilateral. No plano interno brasileiro, expandiu-se a difusão de conteúdos críticos à China nos meios políticos e nas redes sociais, o que exigiu esforço constante de esclarecimento por parte da embaixada. Paralelamente, verificou-se aumento da cobertura negativa de aspectos da realidade brasileira pela mídia chinesa. Diante desse cenário, o posto intensificou contatos com meios de comunicação locais, com vistas a influenciar positivamente a publicação de conteúdos relacionados ao Brasil. A embaixada aumentou sua presença nas redes sociais chinesas, divulgando conteúdos sobre variados aspectos da realidade brasileira, com ênfase em cultura, agricultura e meio ambiente.

DIPLOMACIA DA SAÚDE

15. A COVID-19 abriu nova vertente de atuação para a embaixada. A primeira tarefa envolveu o planejamento e a execução da parte terrestre da operação de repatriamento de brasileiros de Wuhan, foco inicial da epidemia. Com a decretação de quarentena compulsória na cidade em 23 de janeiro de 2020, o posto

localizou e estabeleceu comunicação com os cerca de 70 nacionais residentes na região afetada pelo "lockdown". Paralelamente, foram abertos canais de interlocução com as autoridades chinesas. Uma vez autorizada a operação, foi necessário identificar quais cidadãos queriam retornar ao Brasil e a situação imigratória e documental de cada um deles. O posto manteve contato com outras embaixadas que haviam realizado operações de resgate de nacionais, antecipando dificuldades que poderiam gerar atrasos.

16. Em 5 de fevereiro de 2020, três diplomatas da embaixada foram escalados para a fase terrestre da "Operação Regresso", coordenada em Brasília pelos Ministérios das Relações Exteriores, Defesa e Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Naquele momento, Wuhan só estava acessível por via terrestre, mediante autorização especial concedida pelos governos provincial e central. Os servidores dirigiram por mais de 16 horas, muitas das quais sob neve, para percorrer os 1.150 quilômetros que separam Pequim e Wuhan. Na noite do dia 8 de fevereiro, os diplomatas percorreram a cidade para recolher os repatriados e conduzi-los ao aeroporto. Na madrugada do dia 9, duas aeronaves VC-2 da Força Aérea Brasileira partiram em direção à Base Aérea de Anápolis, onde todos os passageiros cumpriram quarentena de quinze dias. A obtenção das autorizações para os voos e o planejamento e execução da missão em região situada a mais de mil quilômetros da embaixada foram facilitados pelo bom relacionamento desenvolvido pelo posto com as autoridades chinesas.

17. A embaixada também contribuiu para a importação brasileira de vacinas e insumos chineses (Ingrediente Farmacêutico Ativo - IFA) a partir do final de 2020. A vacina da Oxford/AstraZeneca, produzida no Brasil pela Fiocruz, utiliza IFA manufaturado por empresa farmacêutica chinesa. A Coronavac, fabricada pelo Instituto Butantan, conta igualmente com insumos originários da China. Juntas, as duas correspondiam a quase dois terços das vacinas aplicadas nos primeiros meses do programa nacional de imunização.

18. Em dezembro de 2020, a embaixada, em conjunto com o Consulado-Geral em Xangai, viabilizou a missão da Anvisa que atestou boas práticas das fábricas da Sinovac (produtora da Coronavac) e da Wuxi Biologics (responsável pelo IFA da Oxford/AstraZeneca). A partir daquele momento, o posto também atuou

intensamente junto a instituições chinesas (chancelaria e aduanas central e regionais) para a concessão das licenças de exportação do IFA para a AstraZeneca. Os contatos da embaixada com o fornecedor e as autoridades do lado chinês e com a AstraZeneca e instituições brasileiras (Ministério da Saúde, Fiocruz e Anvisa) realizaram-se com frequência diária e estenderam-se por meses, até a normalização do fornecimento.

19. A pedido do Butantan, o posto realizou gestões junto à Sinovac em momentos em que se verificaram atrasos nas entregas contratadas. Em outra frente, o chefe do posto reuniu-se com o presidente da Sinopharm para informar a intenção do governo brasileiro de estudar a aquisição de vacinas produzidas pelo laboratório. Em todas essas gestões, a embaixada não participou da definição nem teve acesso a detalhes comerciais dos contratos, como quantidades e prazos de entrega.

20. Segundo estatísticas oficiais, o Brasil representou, em 2020, o segundo maior destino de exportações chinesas de vacinas e IFA, com 21,3% do total. Esse volume foi superado apenas pelos Emirados Árabes Unidos, que responderam por 25,4%. No primeiro semestre de 2021, as aquisições brasileiras foram mais de cinco vezes superiores às de todo o ano passado.

21. O posto prestou apoio institucional a aquisições de equipamentos de proteção individual (EPIs), equipamentos médicos especializados e suprimentos, como respiradores e kits de teste. A China é o principal fornecedor brasileiro de itens como aparelhos de terapia respiratória, vestimentas de proteção hospitalar, máscaras médicas e termômetros. No ano passado, o Brasil foi o quinto maior destino das exportações chinesas de respiradores. A embaixada forneceu informações e facilitou o contato entre representantes do governo federal, Estados, municípios e empresas privadas, de um lado, e fornecedores chineses, de outro. Atuou também para garantir as operações de transporte aéreo dos equipamentos adquiridos pelo Brasil. As licenças obtidas permitiram a realização de mais de 40 voos para transporte de material médico-hospitalar para os aeroportos de Cantão, Xangai, Xiamen, Pequim e Qingdao.

COMÉRCIO BILATERAL

22. O período entre 2019 e 2021 assistiu a um crescimento robusto das exportações brasileiras para a China, apesar das incertezas do cenário econômico internacional. As exportações brasileiras passaram de US\$ 65,84 bilhões em 2019 para US\$ 70,12 bilhões em 2020. Apenas nos primeiros nove meses de 2021, nossas vendas já ultrapassam a cifra recorde dos US\$ 73,22 bilhões. As importações brasileiras de produtos chineses, por sua vez, têm permanecido em patamar relativamente estável, com US\$ 36,64 bilhões registrados em 2019, US\$ 35,37 bilhões em 2020, e US\$ 34,48 bilhões até o terceiro trimestre deste ano. A corrente bilateral de comércio atingiu o valor de US\$ 105,49 bilhões em 2020, recorde já batido pelo volume apurado entre janeiro e setembro de 2021 (US\$ 107,70 bilhões). Neste ano, a China foi o destino de quase 34% das exportações brasileiras e respondeu por aproximadamente 22% das nossas importações. O comércio bilateral com a China atualmente responde por 68,5% do superávit comercial brasileiro

23. O Brasil conseguiu aumentar, entre 2020 e 2021, o valor exportado de sete dos dez principais produtos nacionais comprados pela China, com destaque para carne bovina e suína, açúcar e óleos vegetais. Permanece, porém, o descompasso entre a pauta exportadora brasileira e as importações chinesas, muito mais diversificadas e com predomínio de produtos industriais de alto valor agregado, como eletroeletrônicos, químicos, medicamentos e maquinário industrial. A diversificação da pauta brasileira de exportações continua a apresentar desafios no comércio bilateral. Os três principais produtos exportados do Brasil para a China - soja, minério de ferro e petróleo - responderam, em 2021, por 80,58% do valor total exportado, patamar acima dos 74% registrado em 2015-2016.

24. A escalada de atritos na área comercial entre Estados Unidos e China a partir de 2018 - o início da chamada "guerra comercial" entre os dois países, com a imposição generalizada de tarifas e restrições bilaterais ao comércio e investimentos - teve como resultado indireto uma ampliação da participação de produtos brasileiros no mercado chinês, com destaque para soja e proteína animal. A conclusão de uma trégua entre os dois países (Acordo Fase 1) no início de 2020 trouxe apreensão quanto à possibilidade de reversão desses ganhos, uma vez que o documento estabelecia metas de compras de produtos norte-americanos pelos

chineses, em potencial violação das regras multilaterais de comércio.

25. A ameaça presente no documento, porém, não se concretizou até o momento. As compras chinesas de produtos americanos ficaram largamente abaixo das metas estabelecidas no documento (apenas 58% do total previsto para 2020 e 69% para o período de janeiro-agosto de 2021) e não ensejaram desvios de fluxos comerciais provenientes do Brasil. Pequim e Washington sinalizaram, nas últimas semanas, disposição de retomar as negociações comerciais tendo em vista uma possível Fase 2. A embaixada acompanhou com atenção a conclusão e implementação do Acordo Fase 1 e deve continuar esse trabalho nos próximos meses, procurando mapear violações das regras da OMC e eventuais impactos negativos sobre os interesses comerciais brasileiros na China.

26. Há muitas oportunidades econômico-comerciais a serem exploradas na China. O comércio eletrônico, com ampla capilaridade entre a população local e receita anual superior a US\$ 840 bilhões, constitui excelente exemplo de possibilidade de acesso inovador ao mercado chinês. O melhor aproveitamento do potencial consumidor da economia chinesa dependerá, porém, do engajamento do setor privado brasileiro, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de marcas e ao estabelecimento, junto aos consumidores finais, de uma "reputação" de qualidade e originalidade dos produtos "Made in Brazil".

SETOR AGRÍCOLA

27. O setor agrícola foi objeto de ação reforçada da embaixada, em especial a exportação de grãos, fibras e proteínas animais. Durante todo o período da gestão, as vendas do agronegócio para a China estiveram acima dos US\$ 30 bilhões anuais, consolidando o país como nosso principal mercado, com 37,9% do total das exportações brasileiras desses produtos. Desde 2018, o Brasil tornou-se o principal fornecedor de produtos agrícolas para a China, com 20,9% do total, seguido pelos EUA, com 17,2%.

28. A soja ainda responde por 30,8% de todas as exportações brasileiras para a China e por 61,5% das exportações do agronegócio brasileiro para o país asiático. O setor de proteína animal observou significativa expansão: as exportações de carnes

para a China cresceram 268% entre 2017 e 2020. A carne bovina tornou-se o segundo produto da pauta do agronegócio no mercado chinês, com US\$ 4 bilhões exportados em 2020. As exportações de carne de frango tiveram aumento de 67% no mesmo período, após resolução de processo antidumping com adoção de compromisso de preços em fevereiro de 2019. As vendas de carne suína aumentaram mais de doze vezes, no contexto da epidemia de peste suína africana na China.

29. O algodão também registrou significativo crescimento: as exportações da fibra para a China aumentaram quase oito vezes e passaram a ocupar mais de um quarto do "market-share" nas importações chinesas (contra apenas 5,6% em 2017), após redução das vendas norte-americanas e australianas para o país asiático. Outros produtos que merecem destaque são o açúcar e a celulose, respectivamente, com 70,3% e 27,8% de participação nas importações chinesas. A retomada das exportações de açúcar, após o término da aplicação da salvaguardas pela China em fevereiro de 2019, permitiu triplicar o valor exportado em 2020.

30. Foram assinados protocolos sanitários para exportação de melões, farelo de algodão e carne bovina termoprocessada para a China, além de memorando de entendimento entre a Embrapa e a Academia Chinesa de Ciências (CAS) para iniciativas de melhoramento genético de soja. Encontram-se em curso outras dezenas de processos negociadores de abertura de mercados para produtos de origem vegetal (proteína de soja, milho, farelo de soja, sorgo, polpa cítrica, gergelim, amendoim, noz pecã, uva, abacate, limão, entre outros) e animal (miúdos de suínos e de aves, soro bovino, novas espécies de pescados, colágeno e gelatinas, material genético avícola, por exemplo), além das solicitações de reconhecimento de status sanitário do Brasil em febre aftosa, peste suína clássica e encefalopatia espongiforme bovina (EEB).

31. Em setembro de 2019, 25 estabelecimentos brasileiros de carnes foram habilitados para exportar à China. Desde então, a embaixada tem realizado constantes esforços para a retomada do processo de habilitação de novos estabelecimentos, que se viu afetado pela pandemia da COVID-19. A mesma dificuldade no avanço de processos de habilitação e abertura de mercados com a China nos últimos dois anos é relatada por todos os países, à exceção dos EUA, que obtiveram concessões chinesas na área agrícola no

âmbito do Acordo Fase 1, incluindo a habilitação de mais de mil novos estabelecimentos exportadores.

32. A pandemia motivou a adoção de diversas medidas de controle sanitário pelos chineses e terminou por desacelerar o andamento de outros processos de abertura de mercado em curso. A embaixada acompanhou de perto essa conjuntura, com atenção para suas possíveis implicações sobre o comércio agrícola com a China. Entre 2020 e 2021, a China suspendeu, por COVID-19, mais de 370 estabelecimentos exportadores de carnes e pescados de todo o mundo, dos quais 14 brasileiros (13 de carnes e 1 de pescados). A embaixada vem acompanhando de perto o processo de revogação dessas suspensões. Dois frigoríficos brasileiros permanecem suspensos.

33. Observou-se, em todo o período, aumento da demanda das autoridades chinesas por informações e garantias relativas à segurança dos alimentos, não apenas restritos à pandemia da COVID-19. Em 2019, as exportações de carne bovina, suspensas pela ocorrência de caso de EEB atípica em cumprimento ao protocolo sanitário bilateral vigente, puderam ser retomadas em cerca de duas semanas. A suspensão decorrente da ocorrência de dois outros casos similares em setembro de 2021, no entanto, ainda não foi anunciada, apesar dos permanentes esforços brasileiros pela pronta conclusão da análise sanitária chinesa. Outros países também têm sido afetados por demoras para a retomada dos fluxos comerciais.

34. Ainda que a política de segurança alimentar chinesa tenha como objetivo o máximo grau de autossuficiência, a demanda de importação de grãos pelo país deve ser mantida devido a fatores como baixa disponibilidade de terras aráveis e de recursos hídricos, custo crescente da mão de obra e dos insumos. O aumento da urbanização, o crescimento da classe média e a alteração de hábitos alimentares indicam tendência de alteração do perfil das importações agrícolas chinesas nas próximas décadas, com aumento da participação de produtos de maior valor agregado, o que apresenta oportunidades de diversificação da pauta agrícola brasileira e a melhoria de condições de acesso para nossos produtos. O aproveitamento dessas oportunidades dependerá do constante esforço, do governo e do setor privado brasileiro, de construção de confiança e consolidação da imagem do país como fornecedor confiável de produtos de qualidade.

35. Nesse contexto, foi realizada, entre 2018 e 2021, a expansão do setor de agronegócio da embaixada, que passou a contar com dois diplomatas, dois adidos agrícolas e dois funcionários locais de dedicação exclusiva, além da colaboração do núcleo de apoio de análises e estatísticas econômicas.

INVESTIMENTOS

36. O Brasil é, historicamente, importante destino de investimentos chineses. Segundo estimativas do "China Global Investment Tracker", o país situou-se entre os cinco maiores receptores de investimentos externos diretos chineses entre 2005 e 2021, atrás apenas de EUA, Reino Unido, Austrália e Suíça. Segundo o Ministério da Economia, os investimentos da China no Brasil ultrapassaram USD 82 bilhões e são particularmente expressivos, em volume, nos setores de óleo e gás e transmissão, geração e distribuição de energia. Os investimentos chineses são significativos em diversos outros setores, como bens de consumo, mineração, agrícola, financeiro e tecnologia.

37. Nos últimos três anos, a China continuou a ser o maior investidor externo do Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Destacam-se, entre esses investimentos, os realizados pela "China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)" e a "China National Oil and Gas Exploration and Development Company" (CNODC), que arremataram um bloco dos volumes excedentes da cessão onerosa, em novembro de 2019. Companhias chinesas também participaram da concessão do terminal de contêineres de Paranaguá e têm demonstrado reiterado interesse em continuar investindo no programa brasileiro.

38. Fora do âmbito do PPI, destacam-se investimentos das companhias de tecnologia "Tencent", "Full Truck Alliance" e "Dahua Technology"; a construção e operação da ponte entre Salvador e a Ilha de Itaparica pelo consórcio da "China Communications Construction Company" (CCCC) e da "China Railway 20 Bureau Group Corporation" (CR20); e a aquisição de usinas de energias renováveis pela "China General Nuclear Power Group" (CGN). Esses investimentos ocorreram em contexto de expressiva redução dos aportes globais chineses. Perceptível desde 2017, em decorrência, principalmente, de mudanças legislativas internas

relativas à exportação de capital e das condições macroeconômicas do país, a queda global nos investimentos não-financeiros da China alcançou 8,2%, de 2018 a 2019. No mesmo período, no entanto, houve crescimento de 117% no valor dos investimentos confirmados no Brasil, segundo o "Conselho Empresarial Brasil-China". O país manteve-se, em 2019, como principal destino dos investimentos chineses na América Latina, de acordo com estatísticas do Ministério do Comércio (MOFCOM) da China.

39. A eclosão da pandemia, em 2020, provocou retração dos investimentos globais (cerca de 35%, segundo a UNCTAD), com impacto também sobre a China. Embora a América Latina tenha sido severamente afetada no ano passado, há indicativos de retomada de aportes chineses na região. Segundo o MOFCOM, de janeiro a maio de 2021, os investimentos chineses na América Latina ultrapassaram USD 10 bilhões, o que representa aumento de mais de 40% em relação ao mesmo período do ano passado. O valor coloca a região em segundo lugar entre as que mais receberam investimentos chineses no mundo. São exemplos do renovado interesse na região, sobretudo no Brasil, a instalação da montadora chinesa "Haval" em Iracemápolis (SP) e o desenvolvimento de estudos para instalação de complexo eólico no Ceará pela empresa "Ming Yang".

40. Em 2019, foi assinado o "Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Assuntos Relacionados a Investimentos" com vistas a promover ações conjuntas para ampliar os investimentos de lado a lado. Seguindo diretrizes emitidas na COSBAN e outras visitas bilaterais de alto nível, a embaixada procurou reforçar, junto a atores políticos e econômicos do país, o interesse do Brasil em receber investimentos chineses. Para tanto, realizou trabalho de divulgação de oportunidades de negócios ao empresariado local, por meio de seminários em formato híbrido (presencial e virtual) e apoio a companhias interessadas no mercado brasileiro. Coube à embaixada, ainda, a transmissão regular de informações sobre temas econômicos e políticos da China com repercussão para os investimentos no Brasil e o apoio a missões de governos estaduais com interesse em atrair investimentos para seus

estados. As missões presenciais, no entanto, foram praticamente inviabilizadas pela pandemia de COVID-19.

41. A embaixada manteve estreito relacionamento com bancos multilaterais sediados na China, como o "New Development Bank" (NDB) e o "Asian Infrastructure Investment Bank" (AIIB). Com relação ao NDB, que conta, desde 2020, com presidente brasileiro, foi aprovada a criação de escritório regional do banco nas Américas com sede no Brasil. Verificou-se expressiva ampliação do financiamento pelo NDB de projetos em território brasileiro. Entre 2018 e 2021, a instituição aprovou financiamento de mais de US\$ 2,74 bilhões para projetos brasileiros, dos quais US\$ 1 bilhão dedicado exclusivamente ao combate aos efeitos socioeconômicos da pandemia.

42. No âmbito do AIIB, a embaixada realizou repetidas gestões para reiterar o compromisso do Brasil em oficializar sua condição de membro fundador do banco. Em setembro de 2021, o Decreto Nº 10.801 promulgou o "Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura" e o acordo complementar, que estipula a adesão brasileira com a subscrição de cinquenta ações. Com a integralização da primeira parcela do capital pelo país, projetos brasileiros que buscam financiamento do banco poderão ser aprovados. Há, atualmente, três projetos brasileiros em estágio avançado de análise pela instituição.

DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO

43. No campo da ciência, tecnologia e inovação (CTI), a relação bilateral continuou a seguir trajetória de adensamento por meio da proliferação de iniciativas entre instituições dos dois países. Com apoio da embaixada, foram realizadas, nos últimos três anos, conferências entre academias de ciências, sessões remotas para apresentação de "startups" brasileiras interessadas em atrair investidores chineses e treinamentos para parques tecnológicos brasileiros, entre outras atividades.

44. Do ponto de vista temático, algumas áreas de colaboração em CTI podem ser destacadas, além do setor de saúde. A agricultura, como reflexo do próprio peso na relação comercial bilateral, constitui segmento no qual o Brasil vem-se destacando pelo caráter inovador e pelo número das "agritechs", que, apesar do

ambiente internacional adverso, apresentou crescimento no ano passado. A embaixada desenvolveu várias linhas de trabalho para apoiar as "startups" agrícolas brasileiras na prospecção do ambiente de negócios na China, com destaque para a publicação "Radar AgTech", que tem a EMBRAPA como coautora. O documento dedicou capítulo especial às relações entre Brasil e China na agricultura.

45. A partir do final do ano passado, empresas chinesas apresentaram renovado interesse em ampliar operações relacionadas com a transição digital impulsionada no Brasil com a adoção do trabalho remoto e a ampliação do comércio eletrônico. A embaixada manteve contato e troca de informações com empresas como a plataforma "Kuaishou" e a fabricante de celulares "Xiaomi" com vistas a apoiar a realização de novos investimentos e o aumento no número de postos de trabalho em suas unidades no Brasil.

46. Vale destacar, ainda, a realização de esforço permanente de divulgação sobre a inovação e os centros de excelência do Brasil, apresentando ao público chinês exemplos exitosos de cientistas e instituições brasileiras.

47. O impacto da pandemia de COVID-19 provocou, entretanto, mudanças significativas na forma e nas possibilidades de cooperação. Até 2019, parte importante do contato e intercâmbio ocorria por meio de missões e visitas que reuniam, por exemplo, universidades e empresas. Após janeiro de 2020, em processo gradual, o uso das formas de colaboração "online" assumiu o centro do trabalho de cooperação científica e tecnológica, com vantagens e algumas limitações.

48. O uso de tecnologias de colaboração remota oferece, no caso da China, a vantagem do baixo custo e flexibilidade, ao dispensar viagens demoradas e custosas. Essas vantagens, entretanto, precisam ser vistas como complementares ao trabalho presencial necessário a colaborações mais densas e de longo prazo, uma vez seja possível restabelecer o fluxo de pessoas entre os dois países.

49. Paralelamente ao trabalho em CTI, a cooperação espacial entre o Brasil e a China, iniciada em 1988, registrou momento importante de continuidade. Em dezembro de 2019, com a presença do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, foi lançado o satélite CBERS 4-A. A cooperação espacial sino-

brasileira é, em ambos os países, uma das mais tradicionais, após mais de três décadas de trabalho conjunto na construção de seis satélites. Em junho de 2021, foi realizada reunião entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST), tendo em vista o lançamento de novos satélites conjuntos.

SETOR CULTURAL

50. O posto buscou estimular a difusão da cultura brasileira na China para além dos elementos mais conhecidos (futebol, churrasco e samba). Em 2019, o programa cultural realizou 25 eventos nos segmentos de música (erudita, popular e eletrônica), teatro, cinema, dança, artes plásticas e gastronomia. No total, foram 204 apresentações em 21 cidades chinesas. Merecem destaque a terceira edição do Festival de Cinema Brasileiro na China, o Festival de Gastronomia com a “chef” Morena Leite, o apoio à turnê da Orquestra Sinfônica de São Paulo (OSESF) e a continuação de apresentações de músicos como Pablo Rossi & Rosana Lamosa, Bianca Gismonti Trio, Tulipa Ruiz, Ava Rocha e Negro Leo, Brasil in Trio, entre outros.

51. Com a COVID-19, a China praticamente proibiu a entrada de estrangeiros no país e suspendeu por vários meses os eventos culturais em locais públicos. Diante desse quadro, não foi possível continuar o programa cultural no formato anterior, baseado na promoção de eventos presenciais com a participação de artistas brasileiros. O posto redirecionou as ações de difusão cultural para a produção de conteúdo original destinado ao ambiente virtual. Constitui exemplo dessa iniciativa a série documental sobre futebol de rua, lançada em agosto passado nas contas da embaixada no “Weibo” e no “Wechat” (equivalentes ao “Twitter” e ao “Whatsapp/Facebook”) e nas plataformas “Tencent Video”, “Tencent Sports”, “Bilibili”, “Youku” e “KuaiShou”. A série já conta com mais de 2 milhões de visualizações e deixou claro o potencial das ferramentas “online” e da cooperação com plataformas e influenciadores digitais na ampliação do alcance das atividades de difusão cultural do Brasil na China. Estão em fase avançada de produção outras duas séries documentais para a internet, uma sobre arte de rua e outra sobre comida de rua do Brasil. Uma quarta série sobre música brasileira está em fase

inicial de produção e tem lançamento previsto para o início de 2022.

52. Ainda no campo da diplomacia pública, o posto buscou reforçar a percepção predominantemente positiva do Brasil junto ao público chinês, por meio da intensificação da frequência de postagens sobre cultura brasileira nas redes sociais. Alcançaram popularidade significativa as listas de música criadas na plataforma "QQ Music", equivalente ao "Spotify".

53. Com a reabertura dos espaços públicos e a retomada das atividades culturais na China, sobretudo a partir do início de 2021, foi possível retomar a organização do IV Festival de Cinema Brasileiro na China. O projeto teve lançamento em Xangai em setembro passado e deverá passar por outras sete cidades até dezembro. É a primeira vez que o festival de cinema brasileiro chega às províncias de Yunnan (Kunming), Sichuan (Chengdu) e Zhejiang (Hangzhou e Ningbo), além de Xangai, Cantão, Shenzhen e Pequim. As atividades culturais de 2021 incluem a Primeira Mostra de Animações Brasileiras no âmbito do Festival Internacional de Animações da China, realizada em Hangzhou entre 29 de setembro e 4 de outubro; a participação brasileira no segmento virtual da Feira do Livro de Pequim em 25 de agosto; a participação brasileira no "Youth Film Festival" de Chongqing, prevista para 24 de outubro; além de exposição fotográfica de Araquém Alcântara em Pequim e em Wuxi, previstas para novembro próximo.

54. No âmbito da cooperação institucional de longo prazo, destaque-se a parceria com a Universidade Tsinghua e o escritório da UNESCO na China para a realização do projeto "Origens do Brasil". Lançada em abril, a iniciativa inclui a elaboração de livro infantil sobre história do Brasil e a realização de apresentações sobre o país para estudantes de 10 a 12 anos em diferentes províncias chinesas. O projeto encontra-se em fase avançada de produção e tem lançamento previsto para o início das comemorações do bicentenário da independência do Brasil em 2022.

55. A experiência dos últimos três anos parece comprovar a importância da ampliação do uso sistemático do ambiente digital chinês como plataforma de divulgação e promoção da imagem do Brasil e de nossa cultura.

QUESTÕES AMBIENTAIS

56. A embaixada acompanhou os principais desdobramentos da política ambiental chinesa. Nos últimos anos, o meio ambiente tornou-se um tema central da política interna e externa da China. O país continua sendo o maior emissor global de gases de efeito estufa (27% do total global, segundo as estimativas mais recentes), mas tem buscado melhorar o seu perfil. Para isso, buscou acelerar sua transição energética, assumiu compromissos internacionais relevantes - como a ratificação da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal, que combate as emissões de HFCs, ou o compromisso de atingir o pico de emissões até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2060 - e implantou mecanismos como o mercado nacional de carbono.

57. Com relação a outros pontos da agenda ambiental, como o combate à desertificação e a diminuição da poluição atmosférica urbana, a China tem apresentado bons resultados. Por exemplo, em 2020, as grandes cidades chinesas tiveram 87% dos dias com boa qualidade do ar, e a cobertura vegetal alcança agora 20% do território chinês, contra 9% nos anos 1950. Essa movimentação permitiu à China alterar sua postura internacional sobre o tema, antes eminentemente defensiva. Cite-se, a propósito, a realização da COP15 da Conferência sobre a Diversidade Biológica, em Kunming. A embaixada enviou diplomata para acompanhar a primeira etapa da reunião, realizada em outubro de 2021.

SETOR CONSULAR

58. A embaixada montou esquema especial para atendimento aos brasileiros desde as primeiras notícias sobre a COVID-19 na China. O atendimento consular presencial jamais foi interrompido em Pequim, nem mesmo durante os períodos de maior restrição à movimentação de pessoas na capital chinesa. Houve um esforço de apoio aos brasileiros residentes na região de Wuhan, anteriormente relatado. Desde a eclosão da pandemia, o setor consular vem prestando informações e orientações de viagem a brasileiros que precisam voltar à China. Também fez gestões específicas para obtenção de autorização especial para desembarque de tripulantes brasileiros embarcados em navio estrangeiro e para a concessão de vistos a brasileiros contratados para trabalho temporário na China. Esse

acompanhamento deve continuar enquanto perdurarem as medidas chinesas de restrição à entrada de estrangeiros em seu território.

59. Segundo informações das autoridades imigratórias chinesas, 127.631 brasileiros estiveram no território da China continental em 2019. Dados mais atualizados ainda não estão disponíveis, mas devem registrar queda drástica em 2020 devido às medidas chinesas contra a pandemia.

60. A pequena comunidade brasileira residente na China somava cerca de 4.800 pessoas em dezembro de 2020, com redução de quase 40% em relação a 2019. Em geral, trata-se de familiares de cidadãos chineses e de outras nacionalidades, pessoas com vistos de trabalho e estudantes. Os serviços consulares mais demandados pela comunidade brasileira referem-se à legalização de documentos, aos atos notariais (procurações, certidões de nascimento e de casamento) e à emissão de passaportes. São pouco frequentes casos mais graves de assistência consular, sendo os mais recorrentes as prisões administrativas relacionadas a irregularidades de situação imigratória.

61. A embaixada realizou licitação para renovação do contrato da empresa de serviços de "visa center". Iniciado no final de 2015, o programa propiciou melhora na qualidade e aumento da quantidade na concessão de vistos para estrangeiros (50% entre 2016 e 2019). O novo contrato previa a expansão da rede de "visa centers" de três para quinze cidades chinesas. Em decorrência da pandemia de COVID-19, a inauguração dos novos centros está suspensa no momento, sem previsão para a retomada. Nas previsões da nova empresa contratada, no entanto, uma vez retomadas as condições pré-pandemia, estima-se aumento potencial de cerca de 10% ao ano com o aumento da capilaridade dos locais aptos a receberem pedidos de vistos brasileiros para cidadãos chineses.

62. No esforço de atendimento ao cidadão brasileiro, a embaixada contou sempre com o valioso suporte dos consulados em Cantão, Hong Kong e Xangai.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

63. A China vive, atualmente, movimentos em certa medida antagônicos, com reflexos potenciais sobre o perfil de sua inserção internacional e o relacionamento com seus principais

parceiros, o Brasil entre eles. No plano internacional, de um lado, a espetacular ascensão econômica do país gera tensões em polos tradicionais de poder, como os EUA e a União Europeia, e em países de seu entorno geográfico, como Índia, Japão e Austrália. De outro, Pequim intensifica ações de projeção e de integração, como a "Belt and Road Initiative", a assinatura do "Regional Comprehensive Economic Partnership" (RCEP) e o pedido formal de adesão ao "Comprehensive and Progressive Trans-Pacific Partnership" (CPTPP).

64. No plano interno, apesar de ter sido a única grande economia a registrar crescimento em 2020, o país passa por momento de desaceleração, agravado por ameaças como a escassez de energia, a contração do setor imobiliário e o aperto no crédito decorrente das medidas de combate ao endividamento e ao risco financeiro. Trata-se de processo político novo para o governo e para o Partido Comunista Chinês (PCC), que têm no crescimento da renda das famílias uma de suas principais fontes de legitimidade.

65. Também aqui operam forças em sentidos opostos. De um lado, a ênfase no mercado doméstico de programas como a "circulação dual" e a "prosperidade comum", lançados recentemente pelo presidente Xi Jinping, a prioridade atribuída à autossuficiência alimentar, industrial e tecnológica, a escalada regulatória contra setores locais altamente internacionalizados ligados à informática e às finanças, o peso crescente das empresas estatais ("state-owned enterprises" ou SOEs) e a desconfiança e a adesão seletiva a regras multilaterais parecem sinalizar uma tendência centrípeta, de relativo distanciamento da economia global. De outro, porém, a retórica em favor do aprofundamento das reformas, as medidas concretas de abertura do setor financeiro, a busca do "crescimento de qualidade" em lugar do "crescimento de quantidade", a renovada força das exportações no período pós-COVID-19, a crescente exposição do país aos fluxos financeiros globais no mercado de dívida pública e privada e o plano de internacionalização do renminbi constituem forças centrífugas em direção a uma maior conexão e presença no mundo.

66. O Brasil encontra-se bem posicionado para o primeiro cenário devido à complementaridade entre nossas economias. O segundo panorama também oferece possibilidades para o Brasil. A transição econômica chinesa cria oportunidades para a diversificação das exportações brasileiras, a depender da

evolução da nossa oferta exportadora. Novos produtos e uma nova matriz industrial exigem novos insumos. O reposicionamento da China nas cadeias globais de produção pode gerar complementaridades até agora desconhecidas. A alteração do perfil tanto da pauta quanto do destino das exportações chinesas pode abrir (ou reabrir) demandas por produtos brasileiros em terceiros mercados. A internacionalização e eventual realocação das empresas chinesas pode ter implicações para o comércio exterior brasileiro. No futuro, talvez estejamos exportando não só para a China, mas também para companhias chinesas situadas em outros países.

67. A gestão em vias de encerrar suas atividades nesta embaixada teve que ajustar-se às transformações abruptas ocorridas no palco internacional nos últimos três anos. A permanência do quadro agudo de incerteza parece recomendar a continuidade do esforço de fortalecimento do diálogo com Pequim e do reconhecimento dos desafios e oportunidades apresentadas pela China, um parceiro incontornável para o Brasil, apesar de nossas diferenças em valores, sistema político e visão de mundo.

MONGÓLIA

INTRODUÇÃO

68. Em abril de 2021, Brasil e Mongólia completaram 34 anos de relações diplomáticas. Apesar de as relações bilaterais serem relativamente pouco densas – em decorrência de diversos fatores, como distância geográfica e assimetrias variadas –, há que se destacar o excelente ambiente prevalecente em todos os encontros entre autoridades brasileiras e mongóis.

69. Em junho de 2017, em função de dificuldades econômicas e financeiras enfrentadas pelo país asiático, a Mongólia decidiu encerrar as atividades de sua Embaixada residente em Brasília. À época, o fechamento da Embaixada da Mongólia foi considerado temporário, embora não haja informações sobre a eventual retomada de suas atividades. O intercâmbio de temas de interesse comum realiza-se por meio das Embaixadas em Pequim, no caso brasileiro, e em Havana, no caso da Mongólia.

70. Em junho passado, a Mongólia organizou eleições presidenciais, sagrando-se como vencedor, no primeiro turno,

Khürelsükh Ukhnaa, ex-primeiro-ministro e líder do Partido do Povo Mongol (PPM), com mais de 67% dos votos válidos. Após o pleito, houve troca de mensagens entre o senhor Presidente da República e o novo Chefe de Estado da Mongólia, marcadas por tom positivo e cordial. A Embaixada acompanhou e informou sobre o processo eleitoral na Mongólia.

71. À luz da posição majoritária do PPM no Grande Hural do Povo, vislumbra-se que o presidente Khürelsükh Ukhnaa desfrutará de confortável margem de governabilidade nos seus próximos seis anos de mandato (vedada reeleição). Recorde-se que, nas eleições legislativas de junho de 2020, o PPM conquistara 62 das 76 cadeiras do Parlamento da Mongólia, seguido pelo Partido Democrático, com 11 assentos. Um dos principais desafios do novo governo será a possível revisão do contrato de exploração da vasta mina de cobre e ouro de Oyu Tolgoi (produção estimada em até 450 mil toneladas de cobre por ano), operada pela multinacional Rio Tinto, com vistas ao aumento da arrecadação pública.

DIÁLOGO POLÍTICO

72. Brasil e Mongólia estabeleceram, em 2007, Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, sob o qual já realizaram cinco encontros (2007, 2010, 2012, 2014 e 2018). O mecanismo de consultas políticas é instrumento útil para identificar caminhos de cooperação e definir diretrizes comuns aos dois países.

73. Em novembro de 2018, o Chefe do Posto apresentou ao então presidente da Mongólia, Khaltamaagiin Battulga, suas cartas credenciais em cerimônia realizada no Palácio do Estado, sede do Parlamento e da Presidência. No contato com o ex-presidente Battulga, destacou-se o interesse da Mongólia em aprofundar a cooperação bilateral, especialmente na área de tecnologias para a agricultura.

74. Durante a missão a Ulan Bator (26 a 29/11/2018), o Chefe do Posto avistou-se também com o Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Damdinsuren Davaasuren, com a vice-ministra da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve, Saule Janimkhan, e com o vice-ministro da Mineração e Indústria Pesada, Zagdjav Deleg.

75. Nessa oportunidade, o ex-chanceler Damdinsuren Davaasuren recordou positivamente a realização, em setembro de 2018, da 5ª Reunião do Mecanismo Regular de Consultas Políticas Bilaterais. Mencionou, em particular, que as áreas de esportes e do

agronegócio poderiam ser exploradas bilateralmente. No campo esportivo, manifestou interesse na ida de técnicos a Ulan Bator para treinar equipes de futebol. No setor do agronegócio, externou que a parte mongol tinha intenção de desenvolver sua indústria de processamento de alimentos, especialmente de produtos cárneos.

76. A então vice-ministra da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve, Saule Janimkhan, mencionou o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação como possível via de cooperação entre Brasil e Mongólia. Segundo a vice-ministra Janimkhan, a Mongólia teria interesse em relançar o Memorando de Entendimento, com ênfase em projetos nas áreas de sanidade animal, processamento de carnes e desenvolvimento de pequenas e médias empresas no agronegócio.

77. O então vice-ministro da Mineração e Indústria Pesada, Zagdjav Deleg, externou o interesse em aprofundar a cooperação com o Brasil no setor mineral, haja vista a elevada capacidade produtiva nacional nessa área.

COMÉRCIO BILATERAL

78. Embora superavitário para o Brasil, o comércio bilateral é reduzido (média anual de menos de USD 5 milhões), sobretudo em razão da distância e da pequena dimensão da economia da Mongólia, país de extenso território, mas de população reduzida (cerca de 3 milhões de habitantes).

79. Em julho de 2019, destacou-se o lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), que poderá auxiliar no incremento do volume de comércio bilateral, por meio do estímulo a ações e projetos. Dos seis dirigentes da CCBM, quatro são brasileiros: Koji Alexandre Suzuki (presidente), Higor Uchôa (diretor executivo), Thiago Geremonte (diretor de marketing) e Milena Mendes (relações públicas). O cônsul honorário do Brasil na Mongólia, Battulga Tumurdash, atua como o diretor de operações da CCBM. A cerimônia de lançamento da CCBM ocorreu em 10 de outubro de 2019, em Ulan Bator, tendo a Embaixada sido representada pelo ministro responsável por temas econômicos. Em razão da pandemia da COVID-19, a maior parte das iniciativas planejadas pela CCBM teve de ser temporariamente postergada.

80. Entre 2018 e 2021, as exportações do Brasil para a Mongólia sofreram impacto decorrente da pandemia da COVID-19. Em 2018, as exportações alcançaram mais de USD 4,2 milhões; em 2019, cerca

de USD 4,4 milhões; em 2020, USD 2,4 milhões. No agregado do ano corrente, as exportações brasileiras atingiram USD 800 mil. Registrou-se, também, menor dinamismo das importações de produtos da Mongólia: USD 250 mil, em 2018, USD 1 milhão, em 2019, USD 248 mil, em 2020, e USD 365 mil, em 2021.

81. Nos últimos anos, os principais produtos de exportação do Brasil para a Mongólia foram chocolate e produtos de confeitaria, produtos de cutelaria e ferramentas e tabaco. Os principais produtos de importação foram insumos para produção de plásticos e insumos para a indústria química. Há oportunidades para incremento e diversificação do comércio entre Brasil e Mongólia, em um cenário de recuperação econômica pós-pandemia, especialmente no setor agrícola.

82. Em 2020, o PIB da Mongólia alcançou cerca de USD 13 bilhões. De acordo com o "Asian Development Bank", prevê-se que, em 2021 e 2022, o PIB da Mongólia se recupere da contração de -5,3%, em 2020, com expectativa de crescimento de 4,8% em 2021 e de 5,7% em 2022. Essa tendência seria favorecida pela melhoria dos termos de intercâmbio de produtos exportados pela Mongólia, especialmente carvão e cobre.

SETOR CONSULAR

83. Em abril de 2021, o Brasil renovou, por mais quatro anos, a nomeação do Senhor Battulga Tumurdash para exercer a função de cônsul honorário do Brasil em Ulan Bator, com jurisdição sobre todo o território da Mongólia. Há cerca de 30 nacionais naquele país.

COOPERAÇÃO

84. Apesar das dificuldades impostas pela pandemia (restrições de deslocamentos internacionais, por exemplo), as atividades de cooperação entre a Mongólia e o Brasil continuam a transcorrer regularmente, com amplo escopo para sua ampliação em diversas áreas. Brasil e Mongólia estão em processo de negociação de texto de Acordo de Cooperação Técnica, à espera de manifestação da parte mongol acerca de proposta brasileira. Já ratificado pelos mongóis, o Acordo sobre Cooperação Educacional, celebrado entre os dois países em 2015, segue em tramitação no Brasil, por meio do Projeto de Decreto Legislativo 466/2019. A ratificação do acordo pelo lado brasileiro criará oportunidades

de estudos de graduação e de pós-graduação para estudantes mongóis, no âmbito dos programas PEC-G e PEC-PG.

CANDIDATURAS

85. A Mongólia recentemente apoiou o Brasil nas eleições para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato 2022-2023. Em 2020, houve acordo para troca de apoios com a Mongólia envolvendo a candidatura do professor George Rodrigo Bandeira Galindo à Comissão de Direito Internacional (CDI), mandato 2022-2026.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

86. O relacionamento bilateral entre Brasil e Mongólia nos últimos anos pode ser caracterizado como positivo e estável. A despeito de dificuldades impostas pela pandemia, verificou-se adensamento dos laços bilaterais com o lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), que poderá ser instrumental para o incremento dos intercâmbios comerciais. Há considerável potencial para ampliação do escopo das interações, sobretudo na área econômica e de cooperação.

87. Entre as iniciativas que poderiam auxiliar nesse sentido, vislumbro as seguintes atividades:

- Realização da 6ª Reunião do Mecanismo Regular de Consultas Políticas Bilaterais, possivelmente em Brasília;
- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica;
- Ratificação pelo Brasil do Acordo sobre Cooperação Educacional; e
- Apoio à dinamização da Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), com vistas à divulgação de oportunidades de negócios para investidores e exportadores brasileiros.